

JANICE THEODORO

“MIGUEL REALE CRIOU A AESI, HÉLIO GUERRA DESTRUIU DOCUMENTOS”



Janice Theodoro em audiência pública na Alesp (2014), entre Bia Pardi e Modesto Carvalhosa

*“Procurei sempre trabalhar com os métodos da pesquisa científica em história. Onze volumes de documentação e análise foi uma maneira de expressar, em cada página, o meu profundo respeito pelos colegas perseguidos, desaparecidos e assassinados”, declarou à **Revista Adusp** a professora Janice Theodoro (FFLCH), que presidiu a Comissão da Verdade da USP, cujo relatório final (2018) será objeto de reportagens nas próximas edições. “Eu conheci alguns dos estudantes mortos, foram meus colegas”, disse Janice, que respondeu a questões que lhe foram enviadas por **e-mail***

Revista Adusp. Inicialmente peço à Sra. que explique como a Comissão da Verdade planejou o trabalho, diante da dimensão das tarefas e desafios colocados à sua frente. Quantas pessoas trabalharam na investigação? Quanto tempo foi necessário?

Janice Theodoro. A Comissão da Verdade da USP foi formada por sete docentes, a saber: professores Dalmo de Abreu Dallari (FD), na qualidade de presidente, Erney Plessmann de Camargo (ICB), Eunice Ribeiro Durham (FFLCH), Janice Theodoro da Silva (FFLCH), Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida (IRI), Silvio Roberto Salinas (IF) e Walter Colli (IQ). Durante a presidência do professor Dalmo de Abreu Dallari, foram recolhidos alguns documentos, realizadas entrevistas.

O material encontrado no Arquivo do Estado e no Fundo do SNI [Serviço Nacional de Informação] da Biblioteca Nacional era imenso e de difícil consulta e análise. Eram pastas com informações de diversas naturezas. Foram quatro anos de trabalho intenso de uma equipe de pesquisadores e professores. Contamos com o apoio

financeiro da Fapesp para a realização do relatório e contratação de seis pesquisadores. Tivemos também trabalho voluntário na equipe. A elaboração da pesquisa, entrevistas e texto foi realizada de 2014 a 2018.

Atuaram como pesquisadores Alynne Nayara Ferreira Nunes, Beatriz Corrêa Camargo, Carlos Alberto Batistella, Evelyn Ariane Lauro, João Vicente Capello Rezende, Márcia Bassetto Paes, Mônica Kalil, Nathália Regina Pinto, Pedro Luiz Stevolo, Roberta Astolfi e Thiago Rocha da Fonseca.

Os documentos produzidos pela USP, conforme depoimento do reitor Hélio Guerra Vieira (no relatório, Volume 1), foram queimados por sua determinação. Portanto, foi necessário, por um lado, conferir a existência ou não de documentação na USP e, por outro, procurar cópias da documentação em outros arquivos nos quais, em razão do processo de difusão da informação, pudessem ter sido arquivadas.

A documentação do DOPS [Departamento de Ordem Política e Social, da Polícia estadual] e do SNI é imensa. São milhões de documen-

tos arquivados em pastas de conteúdo variado. Para trabalhar com as pastas do DOPS não há índice por assunto: é necessário abrir os conjuntos documentais, olhar e ler documento por documento. Da USP nos arquivos do DOPS localizamos e trabalhamos com 293 pastas, que continham por volta de 35 mil documentos. Sem falar da documentação do SNI, arquivada no Rio de Janeiro na Biblioteca Nacional e outros acervos. Só posso dizer que o pessoal que trabalhou na pesquisa e nos arquivos foi admirável. Acreditaram no trabalho, na importância do que estavam fazendo. Grande parte do trabalho foi feito por estagiários.

Encontramos cópias nos arquivos do DOPS de lista de professores com sugestão de não serem contratados. Uma coisa é falar da perseguição, outra coisa é provar. É difícil encontrar a prova. Ninguém deixa memórias de perseguição e assassinato.

Revista Adusp. O relatório final da CV-USP é bastante claro no tocante às responsabilidades institucionais da universidade na violação

de direitos humanos durante a Ditadura Militar. “Do total de 47 mortos e desaparecidos vinculados à USP, não foram encontradas informações a respeito de 17 deles”, diz o relatório. “Dados triviais, como ficha de aluno, prontuário médico, histórico escolar ou qualquer outro documento”. Este é um dado muito impressionante. Assim como o fato, também assinado no documento final, de que a CV-USP encontrou inúmeras informações sobre alunos e professores que eventualmente desenvolveram alguma atuação política, “mas, em relação aos mortos e desaparecidos, não foi encontrado nenhum documento produzido na AESI/USP referente ao período anterior ao falecimento ou desaparecimento”. Isso levou a CV-USP a concluir que “o silenciamento — de pessoas e documentos — existiu e ainda existe no presente por meio de uma nova roupagem”. Peço à Sra. que fale mais a respeito desse tópico.

Janice. Todos os alunos da USP possuem um prontuário com suas informações escolares. Qualquer instituição deve manter nos seus arquivos a trajetória dos estudantes para poder comprovar as suas notas, títulos e diplomas. São documentos legais, comprobatórios. Por que alguns prontuários sumiram? Qual a responsabilidade da instituição e em que medida sua autonomia permite submetê-la à intervenção de outras instâncias de poder para exigir a destruição de documentos? O que fazer diante de medidas de força?

A autonomia da Universidade, a preservação de seus documentos, seus financiamentos são temas que sugerem cuidado extremo, tanto em períodos ditatoriais como nos de-

mocráticos. A USP teve um reitor competente e digno, Hélio Lourenço de Oliveira, que foi cassado por não aceitar a intervenção nos assuntos internos da USP. Ele evitou a intervenção o quanto pôde. Foi cassado ao lado de outros professores. Mas vieram em seguida os reitores e professores da Faculdade de Direito afinados com a nova ordem política ditatorial. Miguel Reale criou a AESI na USP e nomeou Krikor Tcherkezian para realizar as perseguições políticas por meio de engavetamentos de processos e perseguições.

Não se pode descuidar. Atualmente a música “Divino Maravilhoso” de Caetano e Gil volta sempre na minha cabeça: “Atenção. Tudo é perigoso [...]. É preciso estar atento e forte... “ É perigoso porque a imaterialidade do saber na Universidade faz com que ela possa sofrer ameaças políticas ou financeiras sem a sociedade se dar conta. Basta diminuir o percentual da verba destinado à pesquisa por determinação legal e o pensamento científico e filosófico desaba. Isto quase aconteceu em 2021. A Universidade é um cristal fácil de quebrar.

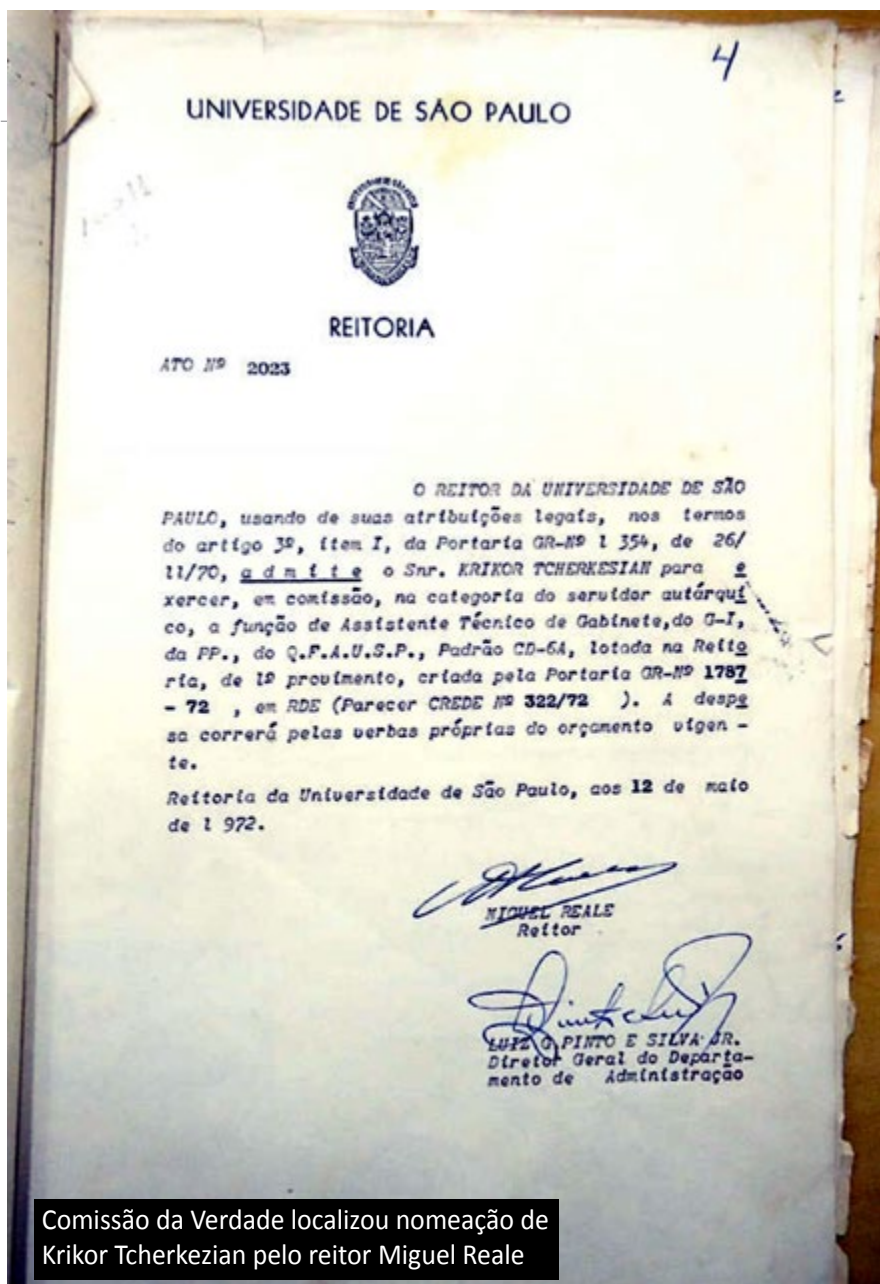
No caso da USP, como de outras universidades brasileiras, a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) atuou dentro da própria universidade com o consentimento do reitor. O desaparecimento de documentos, de ficha do aluno, histórico escolar entre outros documentos comprova o papel do reitor na época da Ditadura, afinado com o SNI, e a participação de alguns funcionários da instituição na perseguição política.

A instituição queimou documentos. Isto é fato declarado pelo reitor Hélio Guerra Vieira. Por que queimou?

Para apagar uma parte da história e para não deixar rastro dos envolvidos. A conclusão é: o reitor Hélio Guerra Vieira promoveu a destruição de documentos que comprovavam a perseguição, na instituição, de alunos, funcionários e professores. A pergunta é: hoje, esses documentos fazem falta?

Do meu ponto de vista eles fazem muita falta, especialmente para os jovens que não sabiam estar sendo perseguidos e eram rejeitados quando buscavam emprego. Na adolescência é muito importante a construção da nossa imagem profissional. Ser perseguido é uma coisa, ser desqualificado por incompetência profissional é outra. Existe um dano invisível para uma geração das pessoas muito jovens “não importantes” que ficaram desempregadas em razão da perseguição. A vigilância na contratação de pessoas era intensa na administração centralizada e descentralizada, nas fundações e autarquias. Era necessário para conseguir um emprego ter atestado de antecedentes. Existia um cadastro com a finalidade de tornar um jovem estudante desempregado crônico, por falta de bons antecedentes políticos. Eu passei por isto, assim como milhares de outros jovens pelo Brasil. Era muito difícil. É preciso saber da perseguição até mesmo para superá-la.

Os perseguidos titulados, na vida acadêmica, tiveram amparo dos amigos brasileiros e especialmente dos centros de pesquisa no exterior. Tiveram condições de dar continuidade para seus trabalhos no exterior dispendo, frequentemente, de melhores condições para a pesquisa. Os recém-formados sofreram muito. Ninguém fala dos desimportantes indignados com a desigualdade social.



Comissão da Verdade localizou nomeação de Krikor Tcherkezian pelo reitor Miguel Reale

“A USP perdeu muitos especialistas que foram contratados por universidades estrangeiras. Perdeu projetos interrompidos por cassações de professores. Perdeu em especial alunos que não puderam ter aulas, aprender com pesquisadores, ser contratados quando terminaram seus cursos”

Revista Adusp. O relatório final afirma que o período entre 1971 e 1973, anos da gestão dos reitores Miguel Reale e Orlando Marques de Paiva, foi o de repressão mais violenta, com total de 22 mortes, sendo que 13 delas ocorreram em 1972, período em que o reitor da USP era Reale. “Percebe-se que se trata de uma geração, com idade entre 16 e 24 anos, que assistiu ao golpe de 1964. Pode-se supor que o radicalismo da posição política tenha ganhado mais força no contexto das cassações de professores ocorridas, especialmente, com o AI-5, em 1969. A exclusão

de uma parte da população da vida política pode ter favorecido o confronto com o regime militar, responsável por um número significativo de mortes de estudantes nos anos subsequentes”. Na sua opinião, essas hipóteses continuam válidas?

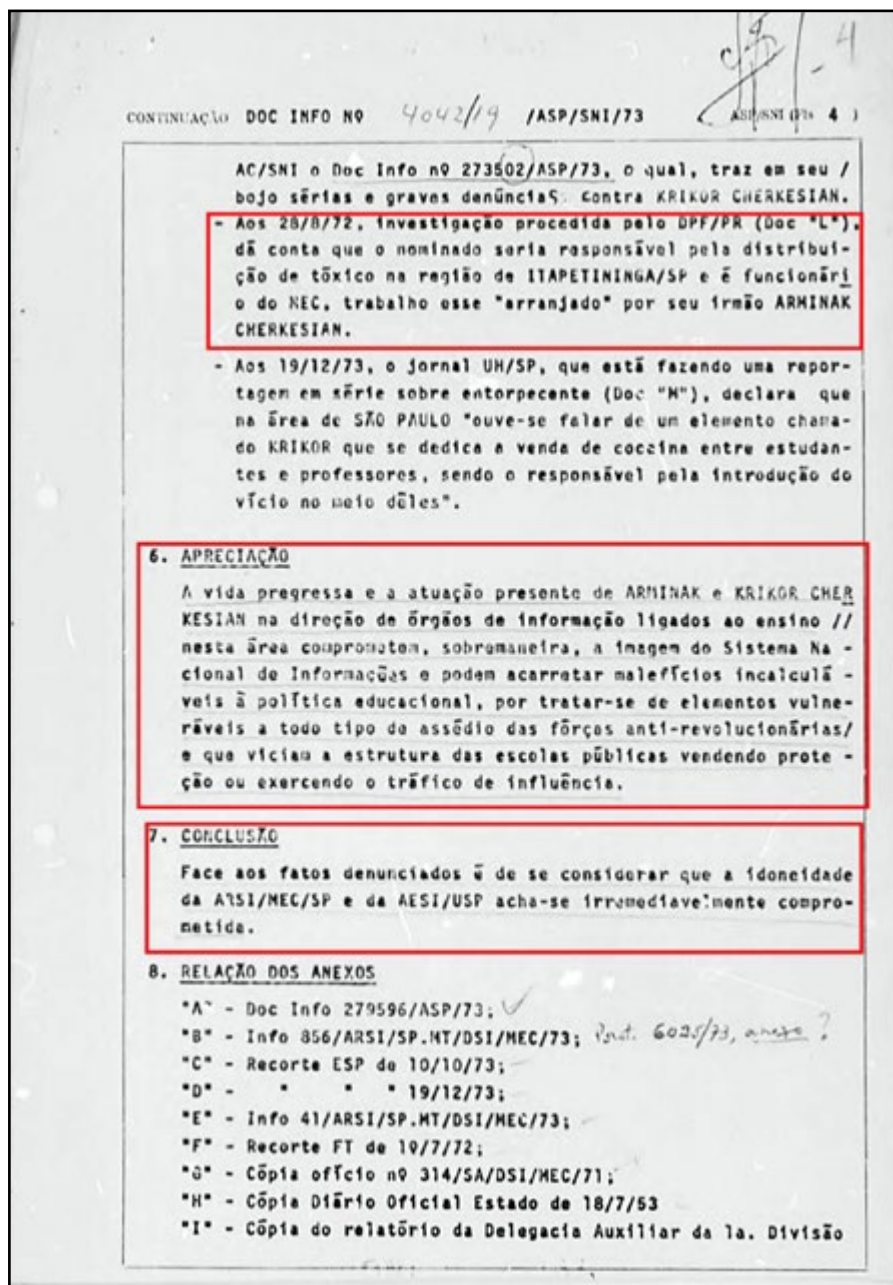
Janice. O final dos anos 60 e especialmente os anos 70 foram marcados, não apenas no Brasil como no mundo, por uma vontade dos jovens de construir uma sociedade mais igualitária, com maior liberdade, menos autoritária e consumista. Naquela época existiam os grupos que militavam politicamente de forma clandestina e os revolucionários dos costumes, grande número de jovens. Os hippies, Rita Lee e o Festival de Woodstock são símbolos desta revolução.

Do ponto de vista mais geral existia um sentimento anticapitalista e uma afinidade com a ideia de revolução como a única forma de transformar a sociedade. Na época existiram vários grupos de jovens, especialmente na USP e universidades federais, refletindo sobre os caminhos políticos para a mudança. Grupos de origem católica, com vocação mais nacionalista ou mais internacionalista, outros mais voltados para a classe operária ou para o campesinato. Havia também muitos rebeldes, a maioria, os roqueiros, cineastas, fotógrafos, jornalistas, atores, músicos, desenhistas, dramaturgos. Gente boa, de cabeça aberta, muita gente.

Olhando o passado e comparando com os jovens na atualidade a diferença é: a presença organizada [atualmente] de gente careta e raivosa com sonhos voltados para as armas e a guerra, como objetivo em si. A gente pensava em liberdade,

em amor (livre, livre de estereótipos e convenções) e em política das mais diversas formas. Éramos contra a guerra (especialmente do Vietnã, contra o imperialismo). No pacote vinham também sonhos de uma sociedade igualitária, reflexões sobre bem comum, a solidariedade, a política e o companheirismo. Mas também ninguém era santo. As dissidências eram muitas, algumas com o ideário da revolução e da luta armada. Nós éramos individualistas mas combatíamos o individualismo presente em nós e em nossas vidas. Hoje é o contrário, a vontade é de expansão do narciso. O que são as *selfies* e os grupos de WhatsApp, os “iguais a si mesmo” reunidos na Internet? A política, especialmente na forma como a concebíamos, perdeu espaço.

Revista Adusp. “É objeto deste estudo descrever a conjuntura histórica marcada pela perseguição e eliminação de professores, alunos e funcionários, mediante documentação comprobatória de responsabilidade da Universidade”, diz o relatório final (volume 3, página 24). “Trata-se, portanto, de descrever os mecanismos institucionais criados para perseguir e nomear as pessoas envolvidas na criação de um clima de terror, responsabilizando-as pela perda de autonomia da Universidade. Destaca-se, nesse processo, a atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) criada pelo reitor, dificultando, por meio de mecanismos institucionais, as matrículas de alunos e a contratação de professores e funcionários”. Na avaliação da Sra., esse objetivo foi alcançado?



SNI relacionou Krikor ao tráfico de cocaína e julgou sua atuação comprometedora

Janice. A USP perdeu muitos especialistas que foram contratados por universidades estrangeiras. Perdeu projetos interrompidos com as cassações de professores. Perdeu especialmente alunos que não puderam ter aulas, aprender com grandes pesquisadores, não puderam ser contratados quando terminaram seus cursos e muitos, sem saber, es-

tavam sendo vigiados e perseguidos. Tiveram grandes dificuldades profissionais.

Uma geração de estudantes que entraram na universidade nos anos 60 e início dos anos 70, extremamente criativos, produtivos e com uma noção clara de bem comum, foi rejeitada sem saber. É uma perda “invisível”, de imensa impor-



Volume 3 do relatório final da CV-USP é dedicado a seus 47 mortos e desaparecidos

tância. Hoje, faltam na administração pública pessoas capacitadas tanto do ponto de vista ético como político-profissional, capazes de responder aos desafios políticos contemporâneos.

Observe a origem e história dos sanitaristas, infectologistas envolvidos com a pesquisa em instituições como Manguinhos e Butantã e analise as origens da instituição, quem são seus fundadores e quais são as reflexões que sustentaram as políticas públicas destas instituições. Eles pensaram e atuaram como pesquisadores de ponta e não abriram

mão de propor soluções políticas, desenhar políticas públicas, criar vacinas e fazer política para imunizar a população, melhorar as condições de vida e saúde dos brasileiros. O projeto era construir um sistema de saúde capaz de amparar a população toda e combater as doenças tropicais (febre amarela, malárias entre outras). O Departamento de Parasitologia [da Faculdade de Medicina] foi duramente perseguido em razão de denúncias motivadas por conflitos internos (cátedra) e políticos. Na Medicina grande parte dos perseguidos e cassados pesqui-

sava na área de doenças tropicais. A medicina privada ficava em segundo plano. Plantaram o que estamos colhendo, hoje, com Manguinhos e Butantã: medicina preventiva e vacinas para toda a população.

“O trabalho foi iniciado. A discussão e a pesquisa devem continuar. Abrimos a primeira porta. Existem outras portas a serem abertas, envolvendo a documentação existente e não processada pela Comissão. De qualquer forma o Relatório da Comissão explicita o núcleo duro da caixa de Pandora”

Revista Adusp. Apenas cinco unidades da USP foram objeto de volumes específicos no relatório final. Algumas unidades onde houve casos importantes de prisão ou morte de docentes e alunos, como a Escola Politécnica e o Instituto de Psicologia, não foram contempladas com dossiês específicos. A Sra. pode explicar as razões disso? Faltou tempo ou faltaram “braços”?

Janice. Faltou muita coisa, até papel para impressão. Mas o que mais faltou foram pesquisadores com mais experiência em análise de dados e com conhecimentos específicos e elaboração de análises. Na Física, por exemplo, o material é imenso. Precisaria de uma equi-

O teor da folha 62 do Processo USP nº 74.1.17499-1-7, com data de 07 de novembro de 1974, é bastante significativo: refere-se a uma ligação telefônica do governo dos Estados Unidos para um escritório que informa estar Ana Rosa Kucinski viva, mas ainda encarcerada em uma prisão em lugar desconhecido. Acima do documento, um manuscrito em primeira pessoa, porém sem assinatura, reproduzido em detalhe abaixo, com o seguinte texto:

Prefiro que este documento não seja anexado ao processo da reitoria, talvez mencionado e mostrado aos membros da Comissão, mas sem que possam tirar cópias.¹⁴

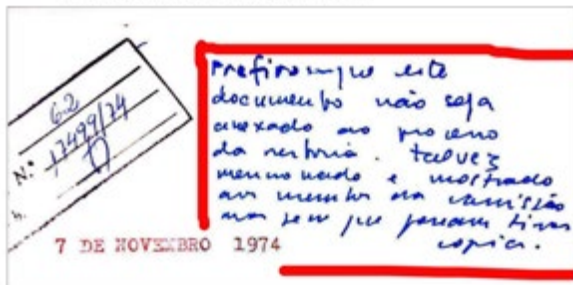


Figura 12 MD_Processo_USP_nº_74.1.17499-1-7_f1.61_Ana_Rosa_Kucinski

Resta a pergunta: por que esse documento não poderia ser anexado ao relatório? Exatamente o documento que afirmava estar a professora encarcerada e viva? A nota escrita à mão na página da tradução sugere interferência de uma pessoa da USP no sentido de esconder o conteúdo, temendo a difusão. O nome citado no documento é, provavelmente, de Phil Baum. O autor da nota, ao indicar sua preferência pelo sigilo da carta, demonstra dispor de poder de interferência e censura superior àquele da Comissão Processante

¹⁴ Processo USP 74.1.17499-1-7, Fl.62.

nomeada pelo reitor da USP e pela Congregação do Instituto de Química.

Por meio dessas evidências, é possível supor que a AESI/USP, nesse período, dispunha de poder de interferência acima de todas as instâncias administrativas da Universidade, com poder maior do que os órgãos colegiados, atingindo, portanto, a autonomia universitária.

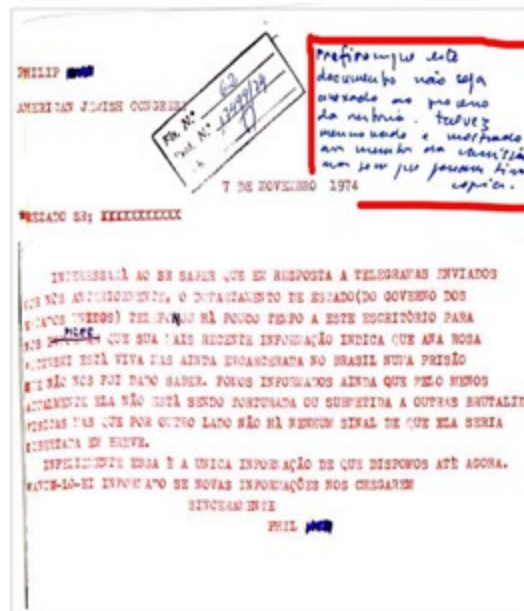


Figura 13 MD_Processo_USP_nº_74.1.17499-1-7_f1.62_Ana_Rosa_Kucinski

Documento com informação dos EUA sobre paradeiro da professora Ana Rosa Kucinski foi mantido em sigilo

pe de físicos para ler, processar a imensidão da documentação e analisar o material contido especialmente nos arquivos do SNI. A perseguição na USP interferiu na produção de conhecimento e guarda muitas ambiguidades neste campo. Existiu investimento em tecnologia na época da Ditadura Militar. Modernização e perseguição ocorreram ao mesmo tempo. Desatar o nó não é fácil.

O trabalho foi iniciado. A discussão e a pesquisa devem continuar. Era importante apresentar para a comunidade o que fizemos até a data da entrega. Abrimos a primeira porta. Existem outras portas a serem abertas, envolvendo a realização de

estudos, teses e livros com a documentação existente e não processada pela Comissão. De qualquer forma o Relatório da Comissão da Verdade da USP explicita o núcleo duro da caixa de Pandora. As AESIs, o papel dos reitores e o principal auxiliar, contratado por Miguel Reale, para fazer o trabalho braçal da perseguição, gerenciando os contatos com o SNI: Krikor Tcherkezian.

Revista Adusp. Antes de apresentar a relação de mortos e desaparecidos políticos vinculados à USP, na página 34 do volume 3, entre eles seis docentes, o relatório final da CV-USP diz o seguinte: “Cada um dos jovens citados abai-

xo teve a sua vida interrompida e merece ser lembrado não apenas como um nome na memória histórica, mas também como participante vigoroso da História do Brasil vinculado à USP. A Universidade de São Paulo foi berço de inúmeros projetos políticos e acadêmicos com profundas ambições de transformação tanto da sociedade brasileira como da própria Universidade.” Peço à Sra. que comente essas frases tão belas, tendo em vista que hoje estamos vivendo uma espécie de *re-vival* da Ditadura Militar, agravado pelo advento da pandemia de Covid-19 e por políticas genocidas do governo Bolsonaro.

Janice. Evidentemente existem lembranças embaladas em sementes, como os militares na política e a onda de um pensamento retrógrado e conservador. As marcas autoritárias e retrógradas me causam falta de ar. Aprisionar as liberdades, colocar todas as pessoas em caixinhas de gênero, estereótipos de família com tonalidades rosa e azul, ódio contra a diferença e valorização extrema da sociedade de consumo lembram o passado: tradição, família e propriedade...

Não podia imaginar um passo para trás tão grande e nenhum para a frente. Mas as diferenças são grandes. O novo conservadorismo brotou em meio a uma negação da “velha política” e da “revolução tecnológica” capaz de associar, por meio da rede, indivíduos com alguns traços em comum, como rancor social, receio do novo, do desconhecido, apego a um passado idílico, a um protetor autoritário e machista do tipo mito. A rede reuniu pessoas com afinidades pessoais e políticas. Reuniu quem gosta de gato, cachorro, violência, sexo. O que você imaginar, pode encontrar na rede e montar um grupo.

Hoje a Universidade é muito mais um campo de competição acadêmica, de produção científica, em âmbito mundial. Existem instrumentos de medida. As pessoas devem “lattear”, fazer incessante e incansavelmente o seu currículo Lattes, suposta porta de entrada para o mundo profissional. Penso que seria melhor cooperar, mas sou muito antiga. Mas seria injusto não ver o lado positivo. A Universidade deu um salto muito grande em pesquisa a partir dos anos

80. A Universidade dos anos 60 era uma família. Privilégio de poucos e pouca pesquisa.

Revista Adusp. A decisão do então reitor J.G. Rodas de nomear ele próprio todos os membros da CV-USP representou uma ruptura com as entidades representativas da comunidade universitária, que durante meses vinham negociando com a Reitoria uma composição multilateral da Comissão, com a participação de nomes de todos os segmentos: docentes, funcionários-técnicos administrativos, estudantes e, claro, representantes da Reitoria. A negociação estava em estado adiantado, e todas as entidades já haviam indicado seus representantes quando o reitor se antecipou e compôs unilateralmente a CV-USP. Como a Sra. interpreta esse desfecho? O caráter excessivamente institucional da Comissão chegou a atrapalhar os trabalhos de investigação?

Janice. Foi o que ocorreu. A Comissão foi nomeada legalmente para uma função, cujo relatório final deveria trazer a verdade dos fatos ocorridos durante a ditadura militar na USP. Todos os que faziam parte da Comissão lutaram contra a Ditadura, foram perseguidos, presos e cassados (alguns reintegrados depois). Atuaram contra o regime militar na época. Participaram ativamente da história da Ditadura. Este fato é peculiar em comparação com outras comissões.

O desafio era entregar um trabalho nomeando os responsáveis pela perseguição. Foi difícil encontrar as provas dos responsáveis. O relatório demonstra com documentos o que aconteceu, nomeando os

responsáveis do topo da pirâmide e seus executores principais. Mostra a atuação do general João Franco Pontes, de Fausto Haroldo entre outros. Muitas questões-perseguições eram resolvidas no âmbito do direito administrativo. O direito administrativo serviu para perseguir. Basta ver no relatório o teor das justificativas elaboradas por Fausto Haroldo, no caso de Ana Rosa Kucinski. O Direito serviu a gregos e troianos. Acumulação de cargos foi um argumento muito utilizado para perseguir uns e favorecer outros, como ocorreu com Freitas Nobre, professor impedido de dar aulas. É possível ver no relatório quem assinou os documentos ajudando a exclusão. O relatório é grande porque está repleto de provas.

Sem a equipe de pesquisadores empenhados não teria sido possível realizar o trabalho. A documentação é farta. O caminho trilhado foi repleto de dificuldades. Gosto do resultado do relatório. Procurei sempre trabalhar com os métodos da pesquisa científica em história. Onze volumes de documentação e análise foi uma maneira de expressar, em cada página, o meu profundo respeito pelos colegas perseguidos, desaparecidos e assassinados. Trabalhei pensando neles. O Relatório da Comissão da USP é o resultado deste esforço. Eu conheci alguns dos estudantes mortos, foram meus colegas e estive na prisão com muitos dos torturados. O relatório às vezes não parece um relatório na forma como foi escrito porque Marcia Bassetto (presa também) e eu pesquisávamos e recuperávamos, ao mesmo tempo, experiências de vida.